

Aumento das taxas de juros vai onerar dívida pública interna em R\$ 5 bilhões

Impacto sobe para R\$ 9 bilhões, se for considerada a alta de novembro de 97

Leandra Peres

• BRASÍLIA. O aumento dos juros determinado pelo Banco Central (BC) no mês passado, que elevou o limite máximo das taxas de 29,75% para 49,75% ao ano, custará R\$ 5 bilhões a mais na rolagem da dívida pública interna até o fim do ano, conforme as contas do Tesouro Nacional. Para chegar a esse número, os técnicos do Tesouro levaram em conta os patamares atuais, em torno de 40% ao ano, com que o BC vem trabalhando as taxas de juros.

As contas do Governo mostram ainda que o impacto dos juros no custo de dívida chegam a R\$ 9 bilhões, somando-se o efeito da elevação de juros em novembro de 1997. Assim, o esforço fiscal de R\$ 9,5 bilhões, de janeiro a setembro, será consumido quase inteiramente no pagamento de juros na dívida federal.

Só em setembro, impacto dos juros foi de R\$ 610 milhões

O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, anunciou ontem que foi de R\$ 190,7 milhões o déficit primário — diferença entre receitas e despesas sem considerar os juros — registrado pelo Governo em setembro. Segundo ele, o déficit ocorreu porque os cortes no orçamento não começaram a se refletir nas despesas dos ministérios.

Os dados do Tesouro mostram que, só em setembro, o impacto do aumento dos juros levou a um gasto adicional de R\$ 610 milhões do Governo com a dívida pública interna. Em agosto, quando a taxa média ficou em 23,62% ao ano, foram resgatados R\$ 15 bilhões em títulos vencendo e desse total a parcela de juros corresponde a R\$ 1,562 bilhão. Em setembro, quando a taxa média pulou para 31,54% ao ano, o Tesouro retirou do mercado R\$ 14,8 bilhões em títulos, com desembolso de R\$ 2,172 bilhões em juros.

A explicação dos técnicos do Ministério da Fazenda para o maior impacto da crise atual (em relação à asiática) nos custos

com juros é a composição da dívida pública. Em novembro de 97, a maior parte dos títulos em mercado era prefixada. No caso de elevação dos juros, o Tesouro não tinha que pagar mais, pois a taxa já estava acertada.

BC: efeito da queda das taxas também será imediato

Com isso, o impacto de R\$ 4 bilhões acabou diluído na renovação dos títulos. No mês passado, porém, quando os juros subiram novamente, 63% da dívida do Governo eram corrigidos pela taxa diária. O efeito foi imediato, e o gasto de R\$ 5 bilhões ficou concentrado nos últimos quatro meses do ano.

— Se a perspectiva de médio prazo é a redução das taxas de juros, é vantajoso pôr papéis indexados ao *overnight*, ou seja pela taxa definida diariamente pelo Banco Central, pois no momento inicial os gastos sobem, mas quando os juros caem, o reflexo positivo também é imediato — disse Eduardo Guimarães.

A receita arrecadada pelo Tesouro Nacional em setembro foi de R\$ 9,8 bilhões, enquanto as despesas totalizaram R\$ 10,064 bilhões, com redução de 5,03% em relação ao mês anterior. A diminuição é explicada pelo reajuste dos servidores públicos. Em agosto, o Tesouro teve de desembolsar o aumento obtido pelo funcionalismo em julho, acumulando dois meses de despesas. Os gastos com custeio e investimentos se mantiveram estáveis em R\$ 3,6 bilhões. Segundo Guimarães, os ministérios tinham recursos em caixa e receita própria, que usaram naquele mês.

A expectativa do secretário é de que em novembro e dezembro os resultados sejam positivos, pois o Tesouro vai apropriar R\$ 1,8 bilhão do subsídio ao álcool, que será repassado à Petrobras, que devolverá os recursos ao Tesouro sob a forma de pagamento de dívidas. A arrecadação total subirá e as despesas com pessoal em dezembro ficarão R\$ 2 bilhões abaixo dos gastos regulares. ■

O VOCABULÁRIO DA CRISE

• **DÉFICIT PRIMÁRIO:** É quando as despesas do setor público (União, estados e municípios) superam as receitas. A proposta do Governo é ter superávit de R\$ 23,7 bilhões em 1999.

• **DÉFICIT NOMINAL:** É o conceito de déficit público que, além de receitas e despesas, inclui os gastos com o pagamento de juros da dívida pública. No caso do Brasil, esse déficit supera os 7% do Produto

Interno Bruto (PIB), ou seja, de tudo o que o país produz.

• **DÍVIDA PÚBLICA:** Inclui o que Governo deve a empresas e títulos emitidos pela União.

• **DÍVIDA MOBILIÁRIA:** É o volume de títulos que o Governo emitiu e vendeu ao mercado.

• **TÍTULOS DO TESOURO:** São papéis emitidos, principalmente para cobrir rombos no Orçamento do Governo.